

Prezados, solicitamos gentilmente os esclarecimentos abaixo:

**1 –** O edital prevê a apresentação da Prova de Conceito (PoC). Considerando o exíguo prazo estabelecido, entendemos ser possível a realização da PoC de forma remota, a fim de garantir a participação de licitantes de diferentes localidades e preservar a ampla competitividade. Está correto o nosso entendimento?

**2 –** Não identificamos no edital a especificação da volumetria de dados a serem migrados, tampouco o formato. Solicitamos, assim, tais informações, a fim de possibilitar o adequado dimensionamento do esforço técnico e dos recursos necessários para execução do objeto.

**3 –** No Termo de Referência, página 33, consta o seguinte:

“5.2.4 A CONTRATADA deverá se comprometer a entregar os dados e documentos e ainda deixar o **Sistema disponível por tempo indeterminado** para consulta após rescisão do contrato por termo ou não.” **(grifo nosso)**.

Ocorre que, considerando que o acesso ao sistema, assim como a licença de uso, é restrito à vigência contratual, entendemos que tal exigência deverá ser suprimida ou ajustada no edital, de modo a compatibilizá-la com as condições contratuais. Está correto o nosso entendimento?

**4 –** Na pág. 56 – item 22, diz o seguinte:

“Prover efetivo controle de acesso através do uso de senhas, permitindo bloqueio de acesso do usuário depois de determinado número de tentativas de acesso inválidas, criptografia e expiração de senhas;”

Percebemos que o município se preocupa com a segurança no controle de acessos. Contudo, talvez por desconhecimento tenha adotado práticas defasadas, como a questão da expiração de senhas. Conforme estudos do NIST (National Institute of Standards and Technology) e outros órgãos de segurança onde demonstraram que forçar a alteração de senhas com frequência pode, na verdade, levar os usuários a escolher senhas mais fracas e previsíveis. A recomendação moderna do NIST é priorizar senhas longas e complexas, e apenas forçar a troca quando há uma suspeita real de violação.

Dessa forma, entendemos que, em uma prova de conceito, a apresentação de alternativas modernas e eficazes para o controle de acesso será aceita

integralmente, sem a necessidade de seguir estritamente o item original. Está correto nosso entendimento?

**5** - Ainda na pág. 56 - item 24, diz o seguinte:

“Permitir que os relatórios sejam salvos em extensão de arquivos”.rtf, .txt e .xls” de forma que possam ser importados.”

Considerando que a solução proposta no item detém recursos de formatação e edição de relatórios em ambiente nativo, dispensando, em tese, a necessidade de processamento externo, dessa forma, entendemos que, a exigência de exportação no formato .rtf é passível de dispensa, visto que a edição e formatação podem ser realizadas integralmente no próprio sistema. Está correto nosso entendimento?

Caso a exigência de exportação em .rtf seja mantida, solicitamos que seja apontada e justificada a norma legal (Lei, Decreto, Instrução Normativa ou jurisprudência) que fundamenta e torna obrigatória a manutenção desse formato específico no âmbito do processo licitatório.

**6** - Na pág. 58 – item 57, diz o seguinte:

“Dispor de conexão com a URA (Unidade de Resposta Audível) para criação automática de processos;”

A abertura automática de um registro de uma emissão no próprio sistema atende o esperado no item?